

# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

**CNI** Confederação  
Nacional  
da Indústria



## 1. INVESTIMENTOS

### 1.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União

Em 2026, a dotação total autorizada registrada no Siga Brasil para o Orçamento da União foi de aproximadamente R\$ 6,3 trilhões, conforme consulta em maio de 2026. Deste valor, aproximadamente R\$ 77,7 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes deteve o segundo maior

orçamento de investimentos com R\$ 13,4 bilhões, o que representou 17% da dotação total. O Ministério de Portos e Aeroportos tem orçamento de investimentos de R\$ 752 milhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2026 (R\$ 77,7 bilhões), foram empenhados R\$ 24 bilhões, cerca de 31% da dotação autorizada até o fim de abril. No mesmo período foram liquidados do orçamento R\$ 5,2 bilhões e pagos R\$ 4,5 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somaram R\$ 12,7 bilhões.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária da União - OGU 2025 Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 11/05/2026 (R\$ milhões)

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Ministério dos Transportes	13.350	7.259	54,4%	2.045	15,3%	1.692	12,7%	2.001	3.694	2.526
Ministério da Saúde	14.274	4.632	32,5%	1.298	9,1%	1.258	8,8%	1.874	3.132	11.994
Ministério da Defesa	8.004	1.912	23,9%	319	4,0%	294	3,7%	1.101	1.395	3.856
Ministério da Fazenda	641	159	24,8%	2	0,3%	1	0,2%	47	48	307
Ministério da Educação	7.373	1.862	25,2%	400	5,4%	335	4,5%	1.805	2.140	7.352
Ministério das Cidades	6.152	2.114	34,4%	146	2,4%	142	2,3%	1.169	1.311	9.487
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	8.150	1.928	23,7%	297	3,6%	286	3,5%	1.859	2.146	15.822
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.743	1.051	38,3%	17	0,6%	10	0,4%	381	391	2.325
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.962	1.391	46,98%	468	15,79%	324	10,93%	543	867	369
Ministério da Agricultura e Pecuária	1.113	187	16,8%	20	1,8%	16	1,5%	734	750	3.646
Ministério de Portos e Aeroportos	752	218	29,0%	31	4,1%	27	3,6%	50	77	366
Ministério do Esporte	582	156	26,8%	5	0,9%	5	0,9%	119	124	1.648
Outros*	11.604	1.168	10,1%	164	1,4%	141	1,2%	1.057	1.198	5.550
<b>Total</b>	<b>77.701</b>	<b>24.038</b>	<b>30,9%</b>	<b>5.210</b>	<b>6,7%</b>	<b>4.533</b>	<b>5,8%</b>	<b>12.740</b>	<b>17.273</b>	<b>65.249</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

\*Inclui: Ministério da Cultura, Justiça Federal, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Justiça Eleitoral, Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Ministério das Comunicações, Ministério Público da União, Presidência da República, Ministério de Minas e Energia, Superior Tribunal de Justiça, Ministério das Mulheres, Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Banco Central do Brasil - Bacen, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Previdência Social, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério das Relações Exteriores, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério dos Povos Indígenas, Advocacia-Geral da União, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Trabalho e Emprego, Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Supremo Tribunal Federal, Justiça Militar da União, Controladoria-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Gabinete da Vice-Presidência da República.

## 1.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos

Do montante de R\$ 13,4 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2026, foram empenhados até o fim de abril, cerca de R\$ 7,3 bilhões (54% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 2 bilhões. Até o fim de abril, os valores pagos do orçamento foram de cerca de R\$ 1,7 bilhões e o total desembolsado (incluindo os restos a pagar pagos) foi de R\$ 3,7 bilhões.

No que diz respeito ao Ministério de Portos e Aeroportos, do montante de R\$ 752 milhões autorizado para investimentos em 2026, até o fim de abril foram empenhados R\$ 218 milhões, liquidados R\$ 31 milhões e pagos R\$ 27 milhões.

Dos R\$ 14,1 bilhões de investimentos autorizados para o Ministério dos Transportes (R\$ 13,4 bilhões) e para o Ministério de Portos e Aeroportos (R\$ 752 milhões), aproximadamente 83% (R\$ 11,7 bilhões) foram destinados ao setor rodoviário. O restante foi dividido entre os setores ferroviário (R\$ 411 milhões), aquaviário (R\$ 461 milhões), aeroportuário (R\$ 276 milhões) e outros (R\$ 1,3 bilhões).

**Tabela 2 - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos – OGU 2025 Investimentos - Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 11/05/2026 (R\$ milhões)

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar (e)	Pagos (f)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	276	80	29%	2	1%	2	1%	9	11	11	251
Ferroviano	411	70	17%	2	1%	2	0%	50	52	52	266
Aquaviário	461	136	29%	28	6%	25	5%	26	51	51	128
Rodoviário	11.668	6.696	57%	1.698	15%	1.351	12%	1.848	3.199	3.199	1.913
Outros	1.286	496	39%	346	27%	340	26%	118	458	458	334
Total	14.102	7.477	53%	2.076	15%	1.719	12%	2.051	3.770	3.770	2.892

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

A União inscreveu em 2026, aproximadamente, R\$ 8,1 bilhões de restos a pagar processados. Deste valor, o Ministério dos Transportes inscreveu cerca de R\$ 159 milhões.

Em relação aos restos a pagar não-processados, a União inscreveu, em 2026, R\$ 70,4 bilhões. O Ministério dos Transportes teve R\$ 4,4 bilhões inscritos e o Ministério de Portos e Aeroportos R\$ 439 milhões.

Do volume total de restos a pagar inscritos pela União, os pagamentos até o fim de abril de 2026 corresponderam a 16% do total inscrito, excluídos os cancelamentos.

O Ministério dos Transportes pagou até o fim de fevereiro 44% do valor que inscreveu para 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos pagou 12% do seu total inscrito.

**Tabela 3 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2026**

Restos a Pagar Processados - Valores em final do período - atualizados até 11/05/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	159	0	131	29
Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	1	0
União	8.072	115	2.106	5.851

Restos a Pagar Não-Processados - Valores em final do período - atualizados até 11/05/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	4.404	36	1.871	2.497
Ministério de Portos e Aeroportos	439	25	48	366
União	70.398	366	10.634	59.398

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.



## 2. ENERGIA ELÉTRICA

### 2.1. Geração de Energia Elétrica (CCEE)

Em fevereiro de 2026, a geração de energia elétrica no sistema interligado nacional registrou 69 GW médios, valor 2% inferior ao verificado em fevereiro de 2025.

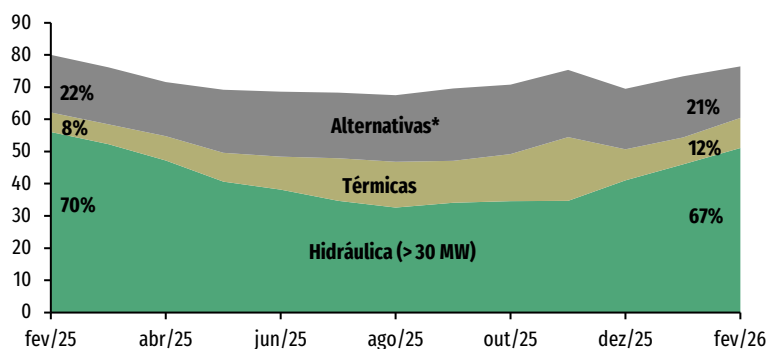
A fonte com maior participação foi a hidráulica em usinas com capacidade de geração superior a 30 MW médios (59% do total). A fonte de geração de energia que apresentou o maior crescimento em comparação ao mesmo mês do ano anterior foi a térmica (53%).

Tabela 5 - Geração de Energia por Fonte (MW médio)

Fonte	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025	Participação % 2026
Hidráulica (>30 MW)	43.685	41.041	-6%	59%
Térmica	7.662	9.676	26%	14%
Eólica	12.310	11.255	-9%	16%
PCH e CGH	3.621	3.100	-14%	4%
Fotovoltaica	3.710	4.393	18%	6%
Total	70.989	69.465	-2%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Gráfico 1 - Evolução da Geração de Energia por Fonte (GW médio)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

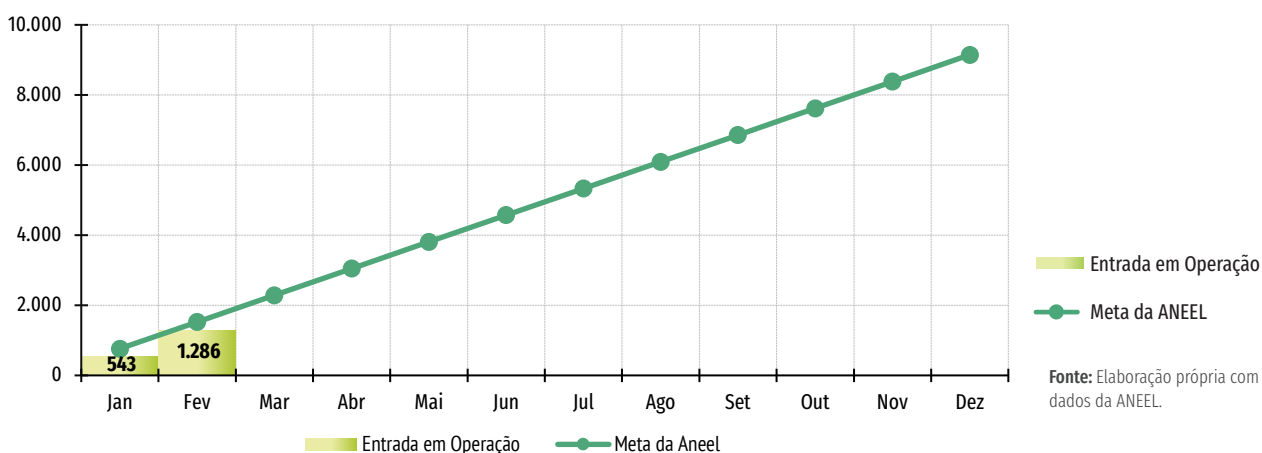
\*Geração eólica, fotovoltaica, PCHs e CGHs.

### 2.2. Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica (ANEEL)

O gráfico apresentado a seguir ilustra a expansão acumulada da capacidade geradora no sistema interligado nacional

ao longo do ano corrente. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

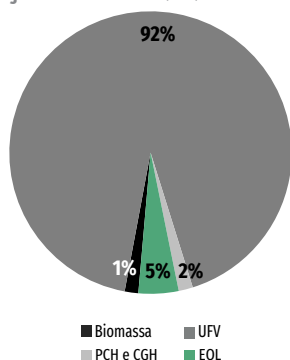
Gráfico 2 - Expansão Acumulada da Capacidade de Geração de Energia Elétrica em 2026 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Entre janeiro e fevereiro de 2026, entraram em operação 28 usinas com um total de 1286 MW de potência instalada. Desse total, as usinas eólicas (EOLs) responderam por 59 MW, as termelétricas a combustíveis fósseis (UTES) por 0 MW, as usinas à biomassa por 20 MW, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por 21 MW e as centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por 1186 MW.

### Gráfico 3 - Expansão Acumulada da Capacidade Instalada por Tipo de Geração em 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

\* Inclui UTES a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 2.2.1. Previsão da Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do país, considerando o período entre o início de 2026 e o final de 2030.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 25 GW no período 2026-2030. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 2,2% ao ano.

## Tabela 6 - Previsão para Entrada em Operação (em MW) até 2030\*

### Fontes Alternativas

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	6.360	5.690	92	27	32	12.201
Otimista	6.360	6.199	3.143	3.861	2.248	21.811

### Usinas Termelétricas Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	2.777	653	0	0	0	3.430
Otimista	2.777	653	0	0	49	3.479

### Somatório Fontes Alternativas e Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	9.137	6.343	92	27	32	15.631
Otimista	9.137	6.852	3.143	3.861	2.297	25.290

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Estão inclusos em fontes alternativas, 50 MW referentes à entrada de UHEs.

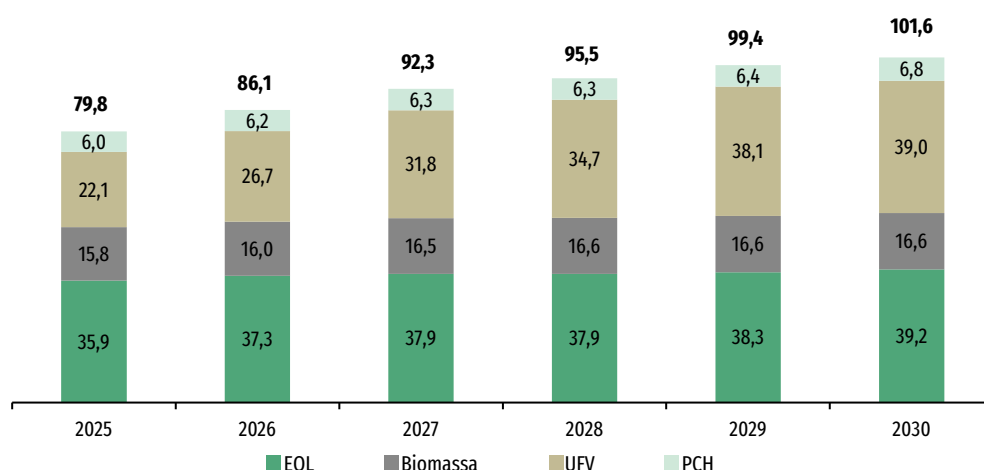
\*A previsão para 2025 equivale àquela definida em 31/12/2024 para os doze meses subsequentes.

Entre 2026 e 2030, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 2% da capacidade instalada no Brasil de usinas térmicas (UTES). Mesmo com a expansão prevista, a participação na capacidade total instalada das UTES deve ser mantida em cerca de 14% (desconsiderando as centrais nucleares) até 2030. As usinas hidrelétricas devem reduzir a sua participação na matriz elétrica nacional de 48%, no início de 2026, para 47%, no final de 2030.

Ao final de 2026, as fontes de energia alternativas corresponderam a 36% da capacidade instalada total. A participação das usinas térmicas a biomassa foi de 7% e, pela previsão conservadora, o percentual deve ser mantido até 2030. No caso das usinas eólicas (EOL), a previsão é que a participação dessa fonte na capacidade instalada suba para 16%, enquanto na participação das usinas solares fotovoltaicas estima-se um aumento de 12% para 13%. A participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% até 2030.

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2030, 41% da capacidade instalada do País. As usinas solares fotovoltaicas (UFV) possuem a maior previsão de aumento da capacidade instalada, com um crescimento de 46%. Em segundo lugar ficam as usinas eólicas, com previsão de 5% de aumento de capacidade.

Gráfico 4 - Previsão da Capacidade Instalada ao Final de Cada Ano - Fontes Alternativas (GW) Cenário Otimista



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.  
Nota: Em 2025, Capacidade Instalada em 31/12/2025.

## 2.2.2. Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. Em fevereiro de 2026, entraram em operação 608 MW de

potência instalada em geração distribuída, valor -29% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

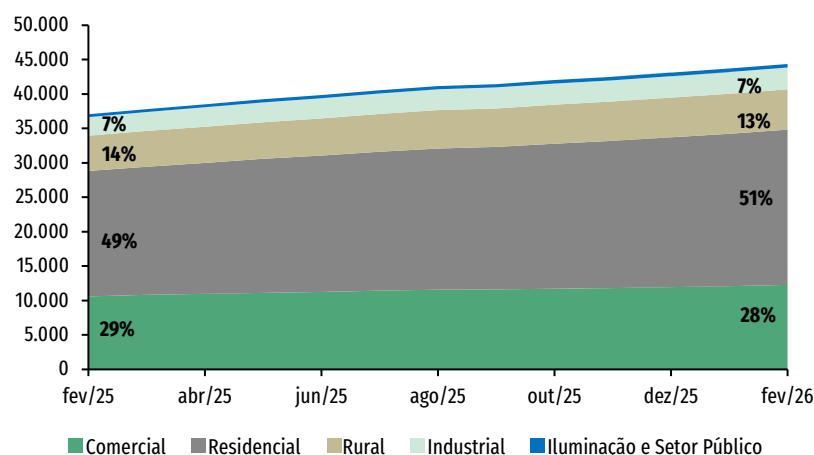
A potência instalada em geração distribuída, em fevereiro de 2026, foi de 44.421 MW, valor 20% superior ao verificado em fevereiro de 2025. O setor industrial representa 7% (3190 MW) do total da potência instalada em fevereiro de 2026.

Tabela 7 - Acréscimo de Potência Instalada em Geração Distribuída (MW)

Classe	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Residencial	458,5	392,1	-14%
Comercial	240,7	133,79	-44%
Rural	85,6	49,8	-42%
Industrial	52,5	24,7	-53%
Iluminação e Poder Público	12,7	7,3	-43%
Total	850,0	607,7	-29%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Gráfico 5 - Evolução da Potência Instalada da Geração Distribuída - Acumulado (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

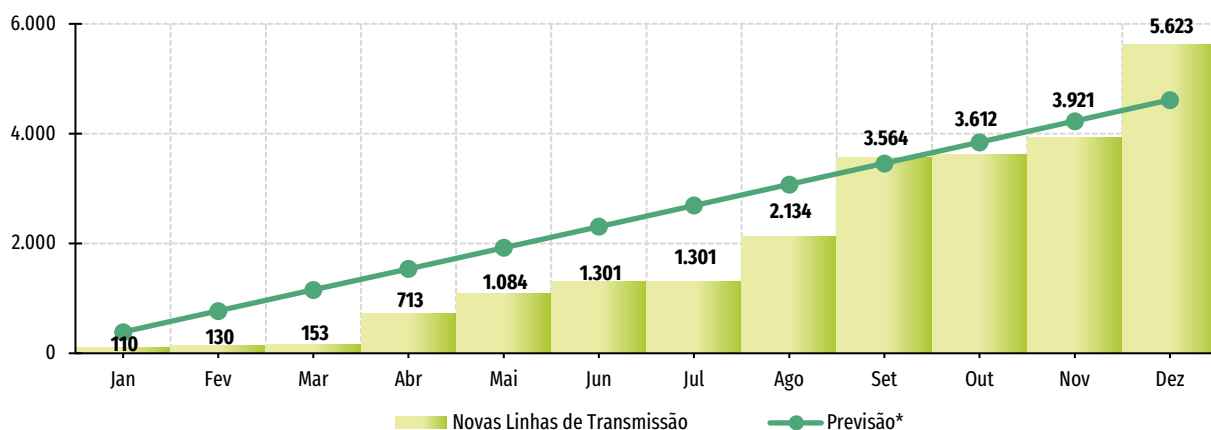
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

## 2.3. Expansão das Linhas de Transmissão (MME)

Em dezembro de 2025, entraram em operação 5.004 novos km de linhas de transmissão. De acordo com a previsão do Ministério de Minas e Energia, a expectativa para o ano de 2025 é de 4,6 mil km de novas linhas de transmissão em operação no país. Para 2026, são previstos 4,1 mil km de novas linhas de transmissão.

As linhas de transmissão se dividem por classes de tensão que podem utilizar a rede elétrica. Do total de novas linhas que entraram em operação até dezembro de 2025, 598 km foram da classe de tensão de 230 kV, 69 km foram da classe de tensão de 345 kV, 0 km foram da classe de tensão de 440 kV, e 8258 km foram da classe de tensão de 500/525 kV.

Gráfico 6 - Entrada em Operação de Novas Linhas de Transmissão (km) - Acumulado



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: \*Considera a previsão divulgada pelo Ministério de Minas e Energia em janeiro 2025.

## 2.4. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em fevereiro de 2026, todos os subsistemas apresentaram nível de energia armazenada nos reservatórios inferior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. O subsistema Norte apresentou reservatórios com o nível de 67,8%, 24,7 pontos percentuais abaixo do verificado no mesmo mês de 2025. O subsistema Nordeste foi a que apresentou o maior incremento no nível dos reservatórios na comparação com fevereiro de 2025.

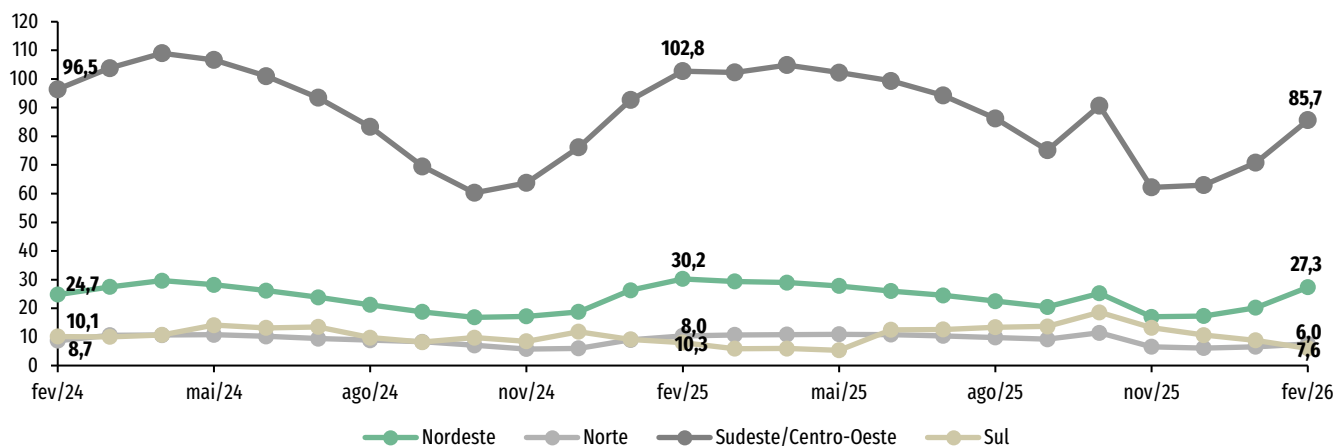
Em fevereiro de 2026, os reservatórios brasileiros apresentaram um nível equivalente a 126.503 GWh de energia armazenada, valor 16% inferior ao observado para o mesmo mês no ano anterior. O subsistema Sudeste/Centro-Oeste teve 85.671 GWh armazenados, valor 17% inferior ao observado em fevereiro de 2025.

Tabela 8 - Nível de Armazenagem Verificada nos Reservatórios (%)

Subsistema	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Varição % fev/2026-fev/2025
Nordeste	80%	72%	-7,9
Norte	92%	68%	-24,7
Sudeste/Centro-Oeste	69%	57%	-11,4
Sul	54%	40%	-13,7

Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

Gráfico 7 - Energia Armazenada Verificada nos Reservatórios (milhares de GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

## 2.5. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O consumo no mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2026, 47 mil GWh, apresentando um valor 1,1% inferior ao observado em fevereiro de 2025.

O consumidor cativo é o consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do “acessante”. Já aquele que consumia carga igual ou maior que 3.000 kW era considerado consumidor livre e podia optar por contratar seu fornecimento de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. Essa limitação reduziu-se posteriormente, dando margem a maior abertura do mercado.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15,7 mil GWh, valor 1% inferior ao observado no mesmo mês de 2025, e representou 33% do total da energia elétrica consumida em fevereiro de 2026.

Em fevereiro de 2026, o setor industrial que teve maior crescimento no consumo de energia elétrica foi o de extração de minerais metálicos, apresentando um aumento de 17,1% no consumo de energia na comparação com o mesmo mês de 2025.

Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Residencial	15.990	15.796	-1,2%
Industrial	15.889	15.727	-1,0%
Comercial	9.134	9.159	0,3%
Outras	6.837	6.661	-2,6%
Total	47.850	47.343	-1,1%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Tabela 10 - Consumo de Energia Elétrica por Setor (GWh)

Setor	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025	Variação % fev/2026
Metalúrgico	3.988	3.774	-5%	24%
Outros	2.574	2.532	-2%	16%
Produtos Alimentícios	2.288	2.328	2%	15%
Químico	1.557	1.463	-6%	9%
Produtos Minerais e não-metálicos	1.176	1.164	-1,0%	7%
Extração de minerais metálicos	1.128	1.321	17%	8%
Borracha e Material Plástico	953	928	-3%	6%
Papel e Celulose	794	849	7%	5%
Automotivo	588	550	-6%	4%
Têxtil	493	472	-4%	3%
Produtos Metálicos*	350	346	-1%	2%
Total	15.889	15.727	-1%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Nota: \*Exceto máquinas e equipamentos.

## 2.6. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

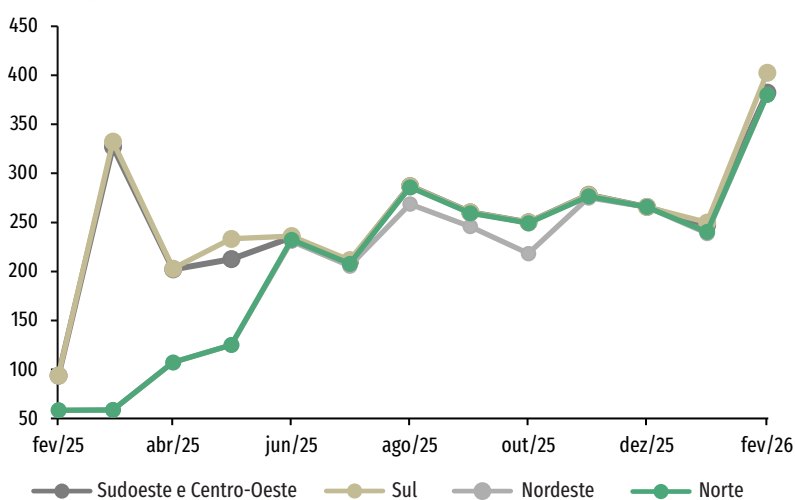
O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todos os subsistemas.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o PLD observado, em fevereiro de 2026, foi de R\$ 382/MWh, valor 308% superior ao registrado no mesmo mês de 2025. Para o subsistema Sul, o PLD registrou o valor de R\$ 403/MWh, apresentando um aumento de 329% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O subsistema Nordeste registrou o valor de R\$ 380/MWh, apresentando um aumento de 549% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já o subsistema Norte apresentou o PLD em R\$ 380/MWh, um crescimento de 549% comparado com fevereiro de 2025.

Gráfico 8 - Média Mensal do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.



## 2.7. Indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica

A continuidade do fornecimento de energia é acompanhada pela ANEEL por meio da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Os indicadores DEC e FEC são divulgados por meio de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos de unidades consumidoras.

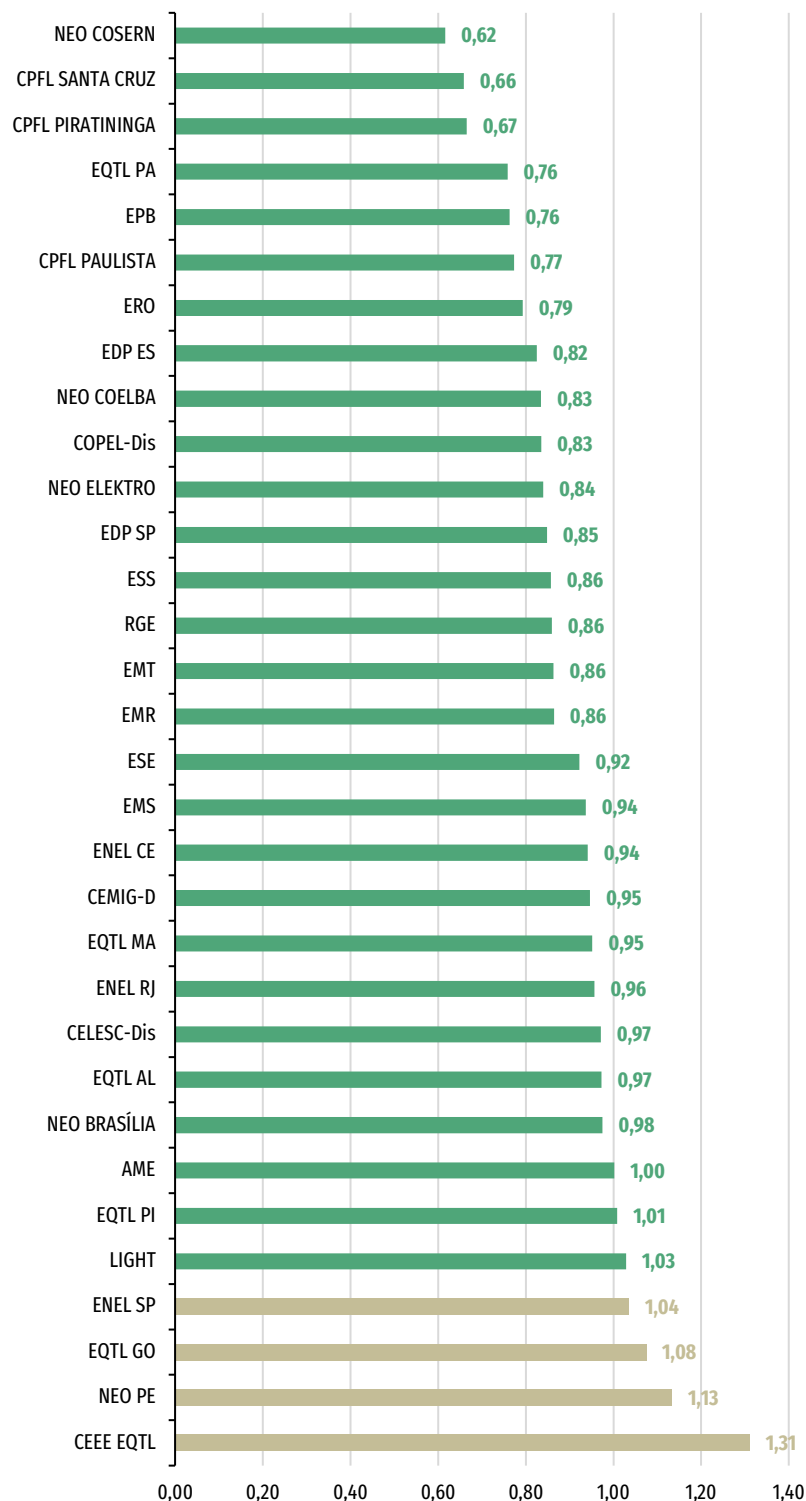
### 2.7.1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)

O DEC é um indicador elaborado pela ANEEL que mede o tempo médio, em horas, que cada conjunto de unidades consumidoras ficou sem energia elétrica em um determinado mês.

O DEC/Limite compara o valor do DEC observado com o limite estabelecido pela ANEEL. Esse índice permite avaliar se a distribuidora está dentro do padrão exigido (menor ou igual um) ou se excedeu (maior que um) o tempo máximo de interrupção determinado pela ANEEL.

Em fevereiro, a distribuidora NEO COSERN foi a que apresentou o melhor desempenho em termos de tempo médio de interrupção no fornecimento de energia, com um DEC de 0,62, seguida pela CPFL SANTA CRUZ (0,66) e pela CPFL PIRATININGA (0,67), respectivamente.

Gráfico 9 - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (DEC/Limite) - fev/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

## 2.7.2. Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

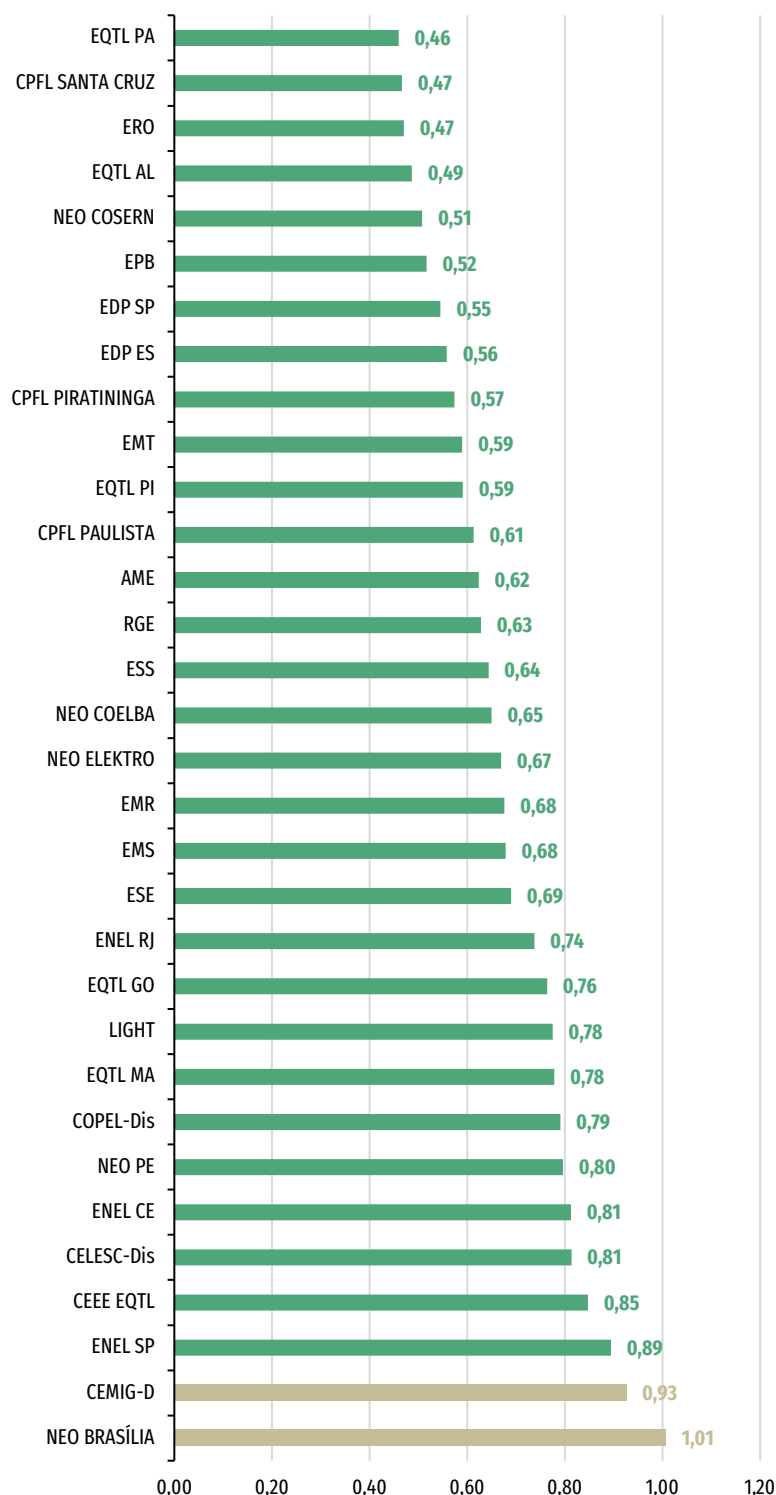
O indicador FEC é estabelecido pela ANEEL e mede a quantidade média de vezes que cada conjunto de unidades consumidoras sofreu interrupção no fornecimento de energia elétrica em um determinado período.

O FEC/Limite compara o valor do FEC observado com o limite definido pela ANEEL. Assim como no caso do DEC/Limite, esse índice mostra se a frequência de interrupções está dentro do padrão estabelecido pela ANEEL (menor ou igual um) ou se foi ultrapassado (maior que um).

Em fevereiro, a EQTL PA foi a distribuidora que apresentou o melhor desempenho em termos de frequência média de interrupção no fornecimento de energia, com um FEC de 0,46, seguida pela CPFL SANTA CRUZ (0,47) e pela ERO (0,47).

Entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, a duração média das interrupções no Brasil foi de 9 horas e 16 minutos. Por sua vez, a quantidade média de interrupções atingiu 4,63.

**Gráfico 10 - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (FEC/Limite) - fev/26**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.



## 3. PETRÓLEO

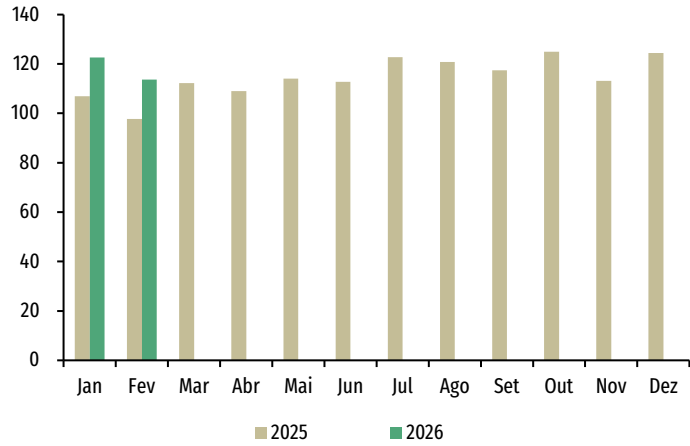
### 3.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de fevereiro de 2026, foi de 114 milhões de barris de petróleo, equivalente (1 bep equivale a 0,16 m<sup>3</sup>), volume 16% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em fevereiro de 2026 foi de 28,3°, sendo que 2,6% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 89,2% considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 8,3% considerada óleo pesado (menor que 22°API).

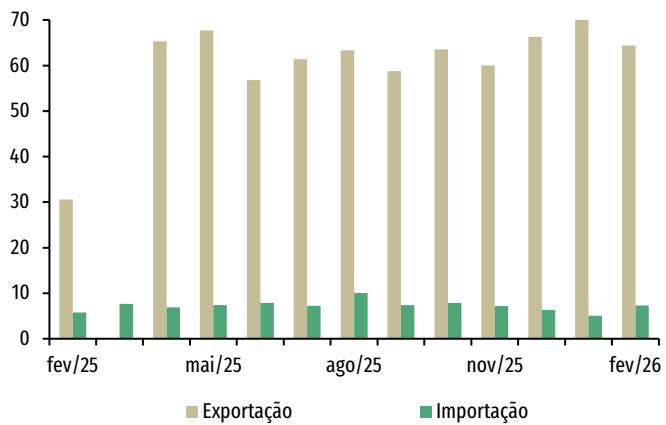
De acordo com a ANP, em fevereiro de 2026, cerca de 98% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Gráfico 11 - Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 12 - Exportação vs. Importação de Petróleo (milhões bep)



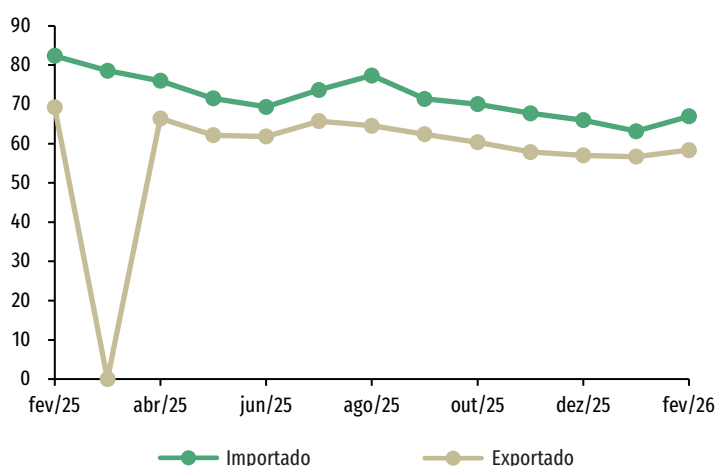
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



O volume de petróleo exportado pelo país, em fevereiro de 2026, foi de 64,4 milhões bep, volume 110% superior ao exportado em fevereiro de 2025. Já a importação de petróleo foi de 7,4 milhões bep, volume 28% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. O consumo aparente de petróleo alcançou 56,7 milhões bep.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em fevereiro de 2026, foi de US\$ 67/barril, valor 18,7% inferior ao observado em fevereiro de 2025.

Gráfico 13 - Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 11 - Produção e Comércio Exterior de Petróleo (milhões bep)

Petróleo	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Produção de Petróleo (a)	97,7	113,7	16%
Importação de Petróleo (b)	5,8	7,4	28%
Exportação de Petróleo (c)	30,6	64,4	110%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	72,8	56,7	-22%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



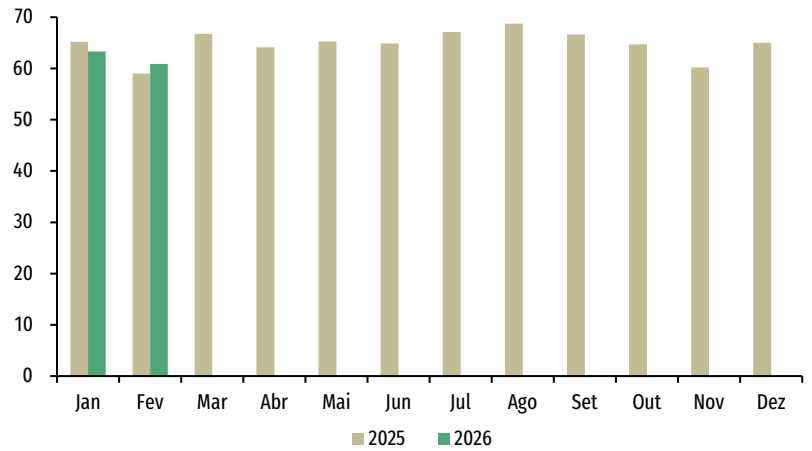
### 3.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em fevereiro de 2026, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 61 milhões bep, volume 3% superior ao produzido em fevereiro de 2025.

A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2026, foi de 18 milhões bep, valor 16% superior ao registrado em fevereiro do ano anterior. No que diz respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2026 foi constatado um total de 11 milhões bep, o que representa um volume 17% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

Em fevereiro de 2026, a dependência externa de derivados do petróleo foi de 11% em relação a um consumo aparente de 68 milhões bep.

Gráfico 14 - Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 15 - Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)

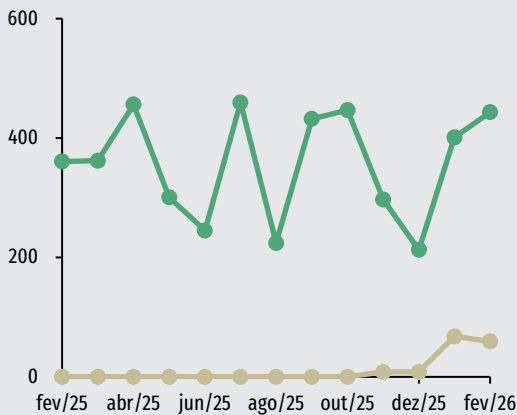


Gráfico 16 - Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

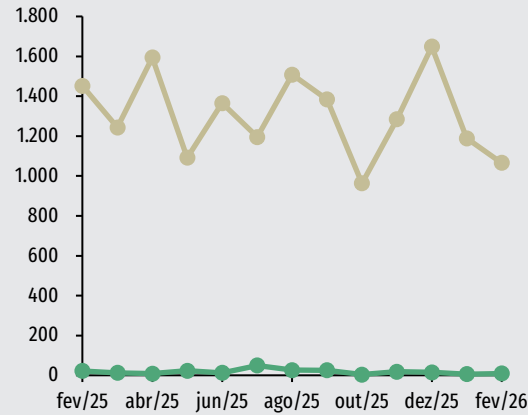


Gráfico 17 - Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)

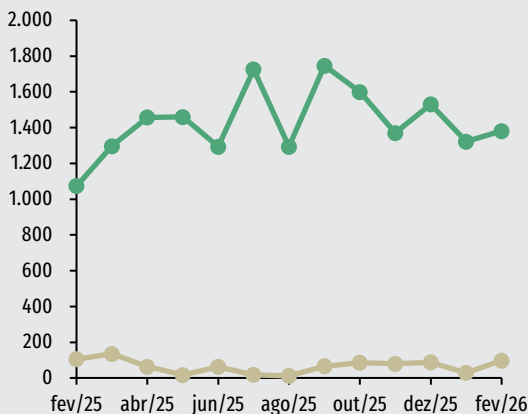
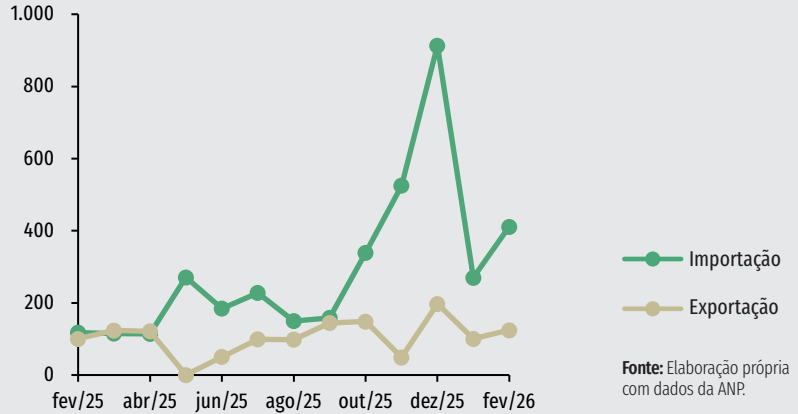


Gráfico 18 - Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 12 - Produção e Comércio Exterior de Derivados de Petróleo (em milhões de bep)

Derivados	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Produção de Derivados (a)	59,0	60,9	3%
Importação de Derivados (b)	15,7	18,2	16%
Exportação de Derivados (c)	12,8	10,7	-17%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	61,9	68,4	10%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 3.3. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2026, apresentou saldo positivo de US\$ 2.744 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 2.744 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo em US\$ 1.530 milhões FOB.

Tabela 13 - Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhões US\$ FOB)

	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
<b>Petróleo</b>			
Receita com exportação (a)	2.121	3.757	77%
Dispêndio com importação (b)	474	493	4%
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.648	3.264	
<b>Derivados</b>			
Receita com exportação (d)	1.097	877	-20%
Dispêndio com importação (e)	1.215	1.397	15%
Balança Comercial (f)=(d-e)	-117	-520	
<b>Petróleo e Derivados</b>			
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.219	4.634	44%
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.688	1.890	12%
Balança Total (i)=(g)-(h)	1.530	2.744	

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.





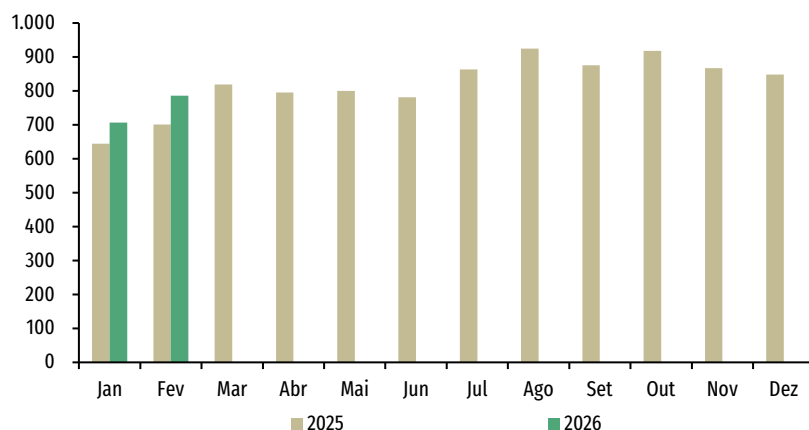
## 4. BIOCOMBUSTÍVEIS

### 4.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2026, foi de 786 mil m<sup>3</sup>, montante 12% superior ao produzido em fevereiro de 2025.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em fevereiro de 2026, foi de R\$ 6,05/ℓ, valor 5% inferior ao registrado em fevereiro de 2025.

Gráfico 19 - Produção de Biodiesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 4.2. Álcool

#### 4.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2025/2026 produziu, até fevereiro de 2026, 35,6 milhões de m<sup>3</sup> de álcool. Desse total, 62% são referentes à produção de álcool etílico hidratado, que é o etanol comum, vendido nos postos de gasolina, enquanto o etanol anidro é aquele misturado à gasolina. A produção total de álcool foi 2% inferior em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar no mesmo período foi de 43 milhões de toneladas, volume 1% inferior ao observado no mesmo período da safra 2024/2025.

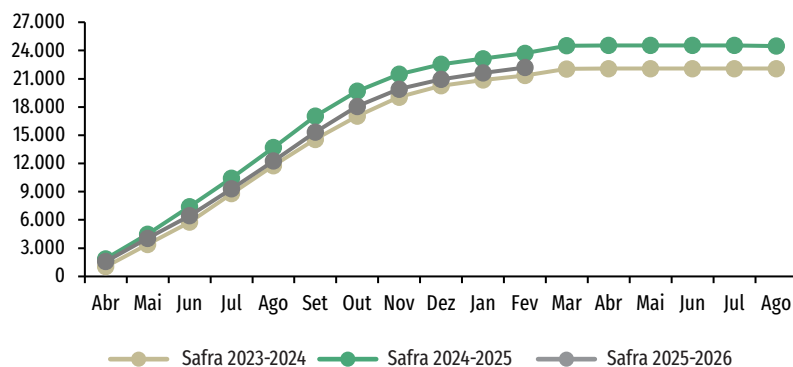
As safras se iniciam em abril e se encerram em agosto do ano posterior. Assim, durante quatro meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Tabela 14 - Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2024/2025 (até final de Fevereiro 2025)	Safra 2025/2026 (até final de Fevereiro 2026)	Variação (%)
Álcool Anidro (m <sup>3</sup> )	12.682.749	13.436.756	6%
Álcool Hidratado (m <sup>3</sup> )	23.718.940	22.206.612	-6%
Total Álcool (m <sup>3</sup> )	36.401.689	35.643.368	-2%
Açúcar (ton)	43.497.233	43.210.342	-1%

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Gráfico 20 - Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

#### 4.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

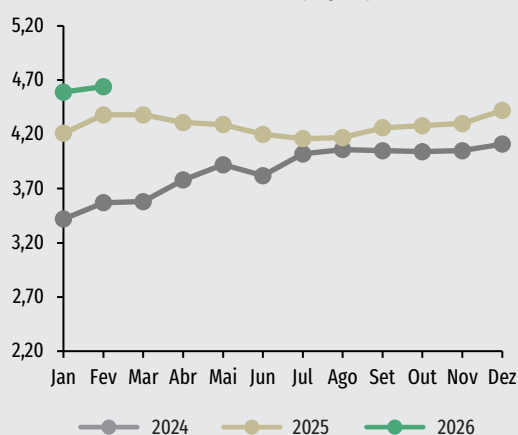
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,5 milhão de m<sup>3</sup> em fevereiro de 2026. Esse número representa uma redução de 11% em relação ao volume vendido em fevereiro do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 29% do universo de

vendas do álcool e da gasolina em fevereiro de 2026. Essa participação foi 4,7 pontos percentuais inferior ao observado em fevereiro do ano anterior.

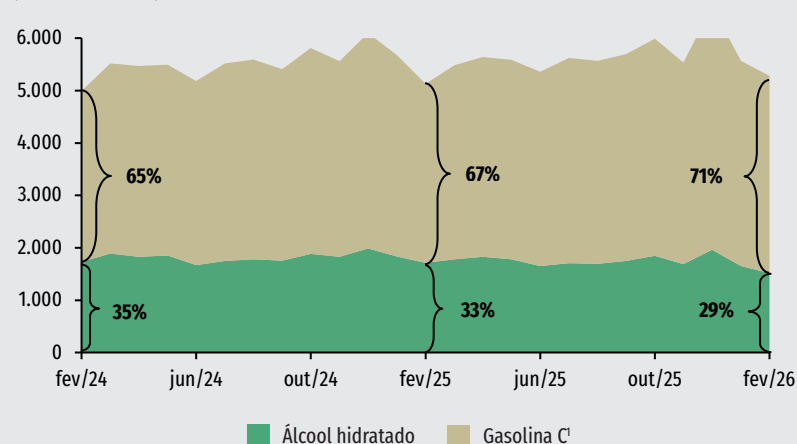
Em fevereiro de 2026, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 4,64/ℓ, valor 6% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 21 - Preço ao Consumidor de Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 22 - Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhões m<sup>3</sup>)

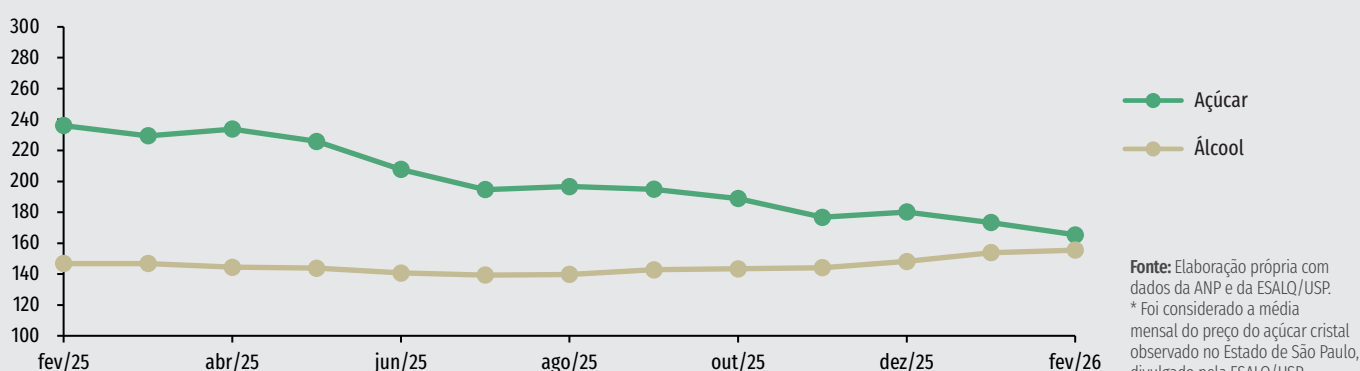


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.

Gráfico 23 - Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/18=100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado a média mensal do preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, divulgado pela ESALQ/USP.



## 5. GÁS NATURAL

### 5.1. Produção e Oferta Interna de Gás Natural (MME)

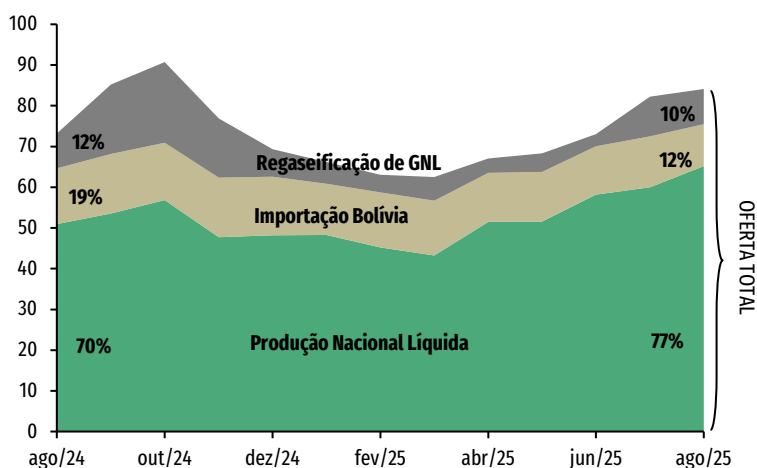
Segundo dados do MME, a produção nacional diária média de gás natural, em agosto de 2025, foi de 189 milhões m<sup>3</sup>/dia, representando um aumento de 18% comparado a agosto do ano anterior.

A importação média de Gás Natural (GN) da Bolívia, em agosto de 2025, foi de 10,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 25% inferior ao observado no mesmo mês de 2024. A importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL), em agosto de 2025, totalizou 9 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 1% superior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.

Em agosto de 2025, a oferta total de gás natural atingiu 84,1 milhões m<sup>3</sup>/dia, valor 15% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 68,1% em agosto de 2024. Em agosto de 2025, essa proporção foi de 65,5%.

Gráfico 24 - Oferta Total de Gás Natural (milhões m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 15 - Balanço do Gás Natural no Brasil (milhões m<sup>3</sup>/dia)

	Agosto 2024	Agosto 2025	Variação % ago/2025-ago/2024
Produção Nacional <sup>1</sup>	159,7	188,9	18%
- Reinjeção	86,6	97,1	12%
- Queimas e perdas	3,6	4,9	35%
- Consumo próprio	18,6	21,8	17%
= Produção Nac. Líquida	50,9	65,2	28%
+ Importação Bolívia	13,7	10,3	-25%
+ Importação regaseificação de GNL	8,5	8,61	1%
= Oferta	73,2	84,1	15%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: <sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

## 5.2. Consumo de Gás Natural (MME)

O consumo de gás natural no país em agosto de 2025 foi, em média, cerca de 81 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 16% superior ao volume médio diário consumido em agosto de 2024. O setor industrial consumiu aproximadamente 41 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, volume 4% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 39% do consumo de gás natural em agosto de 2025. O setor industrial foi responsável por 50% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Tabela 16 - Consumo de Gás Natural por Segmento (milhões m<sup>3</sup>/dia)

	Agosto 2024	Agosto 2025	Varição % ago/2025-ago/2024
Industrial*	39,2	40,6	3,7%
Automotivo	4,5	3,9	-12%
Residencial	1,7	1,9	11%
Comercial	1,0	0,9	-3%
Geração Elétrica	21,8	31,8	46%
Co-geração*	1,1	1,3	10%
Outros	0,61	0,9	47,5%
Total	69,9	81,3	16%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

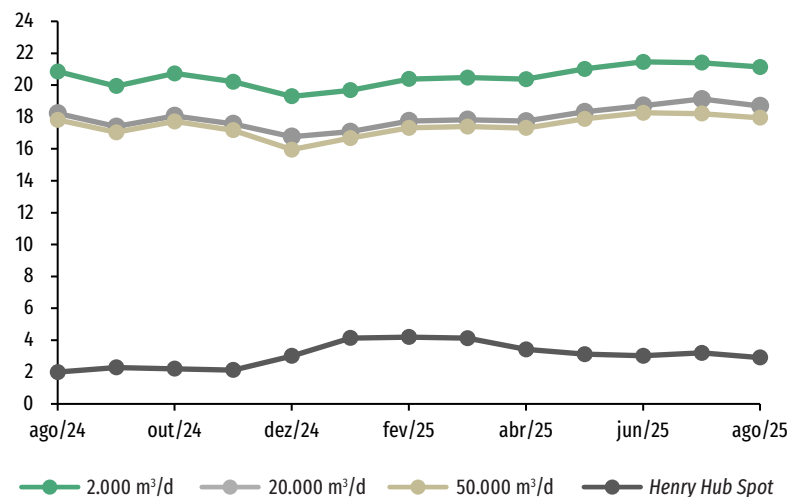
Nota: \*Inclui consumo de refinarias, fábricas de fertilizantes e uso do gás como matéria-prima.

## 5.3. Preço do Gás Natural (MME e EIA)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em agosto de 2025, foi de US\$ 19,26/MMBtu, valor 2% superior ao observado em agosto de 2024 (US\$ 18,97/MMBtu).

Em agosto de 2025, o preço médio do gás natural no mercado *spot Henry Hub* foi de US\$ 2,91/MMBtu, valor 46% superior ao apresentado em agosto de 2024. Esse preço não inclui impostos e transporte, sendo estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Gráfico 25 - Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado *Spot Henry Hub*<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Energy Information Administration (EIA).

Nota: <sup>1</sup>Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup>Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



## 6. TELECOMUNICAÇÕES

### 6.1. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel (ANATEL)

Foram realizados 271 milhões de acessos móveis no mês de fevereiro de 2026, valor 3,0% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desses acessos, 23% foram realizados por tecnologia 5G, 65% por tecnologia 4G, 5% por tecnologia 3G e 6,7% por tecnologia 2G.

Em fevereiro de 2026, a tecnologia 5G foi a que representou o maior crescimento em relação a fevereiro de 2025 (44%), enquanto a tecnologia 3G apresentou a maior retração (15%).

Tabela 17 - Evolução do Número de Acessos Móveis por Tecnologia (milhões)

Fonte	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025	Variação % fev/2026
2G	19,3	18,2	-6%	7%
3G	17,1	14,6	-15%	5%
4G	184,8	177,4	-4%	65%
5G	42,4	61,2	44%	23%
Total	263,6	271,5	3%	100%

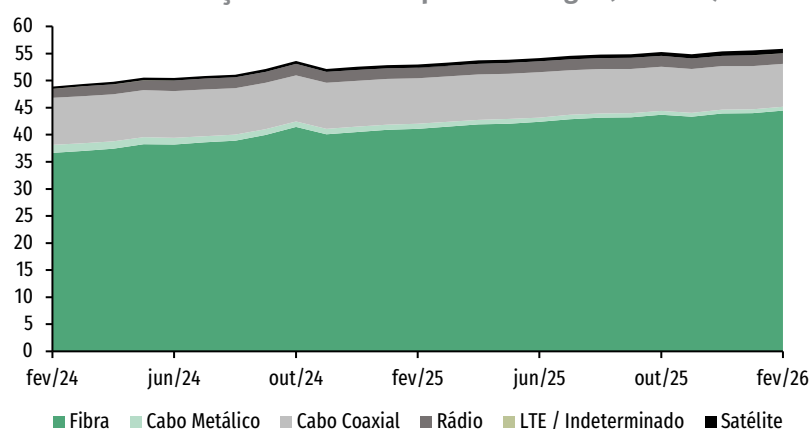
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

### 6.2. Acessos em Internet Fixa (ANATEL)

No mês de fevereiro de 2026, foram efetuados 56 milhões de acessos em internet fixa, valor 5% superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. Do total de acessos, 94% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps, o que representa um crescimento de 7% em relação aos acessos realizados em fevereiro de 2025 nessa mesma faixa.

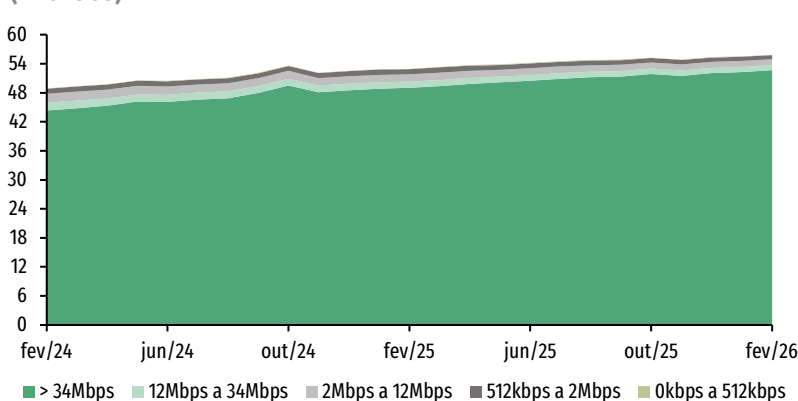
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra ótica, que aumentou 8% com relação ao mesmo período do ano anterior. A fibra ótica é a tecnologia com maior número de acessos no Brasil, abrangendo 80% do mercado.

Gráfico 26 - Evolução dos Acessos por Tecnologia (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 27 - Evolução de Acessos por Faixa de Velocidade (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



## 7. TRANSPORTES

### 7.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

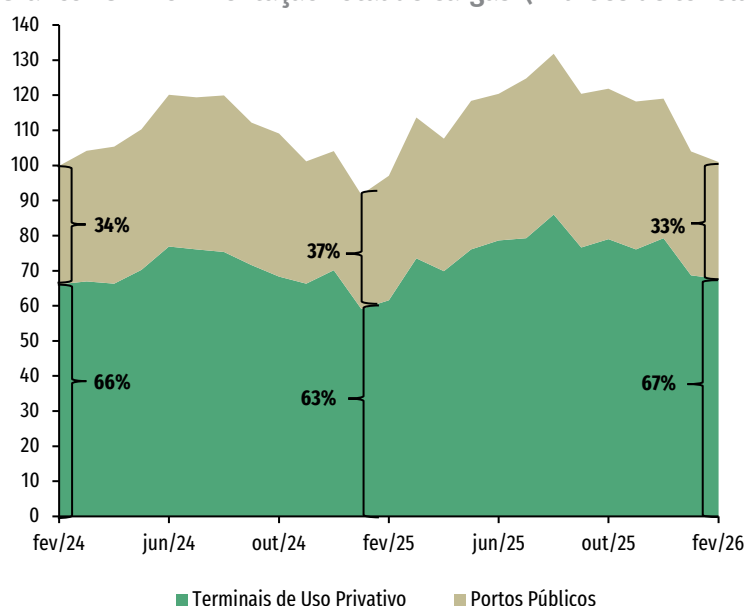
#### 7.1.1 Movimentação de cargas

Em fevereiro de 2026, o total de cargas movimentadas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi de 101 milhões de toneladas, volume 4% superior ao do mesmo mês de 2024.

Os TUPs representaram 67% da movimentação total de cargas nos portos e terminais em fevereiro de 2026. A movimentação total nos TUPs foi de 68 milhões de toneladas, volume 10% superior ao observado no mesmo mês de 2025. Os portos públicos movimentaram 33 milhões de toneladas, volume 6% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em fevereiro de 2026, foi de 1192 mil *TEUs* (*twenty-foot equivalent unit*), volume 4% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 28 - Movimentação Total de Cargas (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 18 - Movimentação Total de Cargas - por Natureza (mil toneladas)

	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Granel Sólido (a)	55.528	56.963	3%
Portos Públicos	20.332	18.566	-9%
TUPs	35.196	38.397	9%
Granel Líquido e Gasoso (b)	23.953	26.854	12%
Portos Públicos	4.693	4.889	4%
TUPs	19.261	21.965	14%
Carga Geral (c)	5.109	4.731	-7%
Portos Públicos	2.234	1.940	-13%
TUPs	2.875	2.790	-3%
Carga Containerizada (d)	12.443	12.437	0%
Portos Públicos	8.215	7.880	-4%
TUPs	4.228	4.557	8%
Total (a+b+c+d)	97.033	100.984	4,1%
Portos Públicos	35.473	33.275	-6%
TUPs	61.560	67.709	10%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

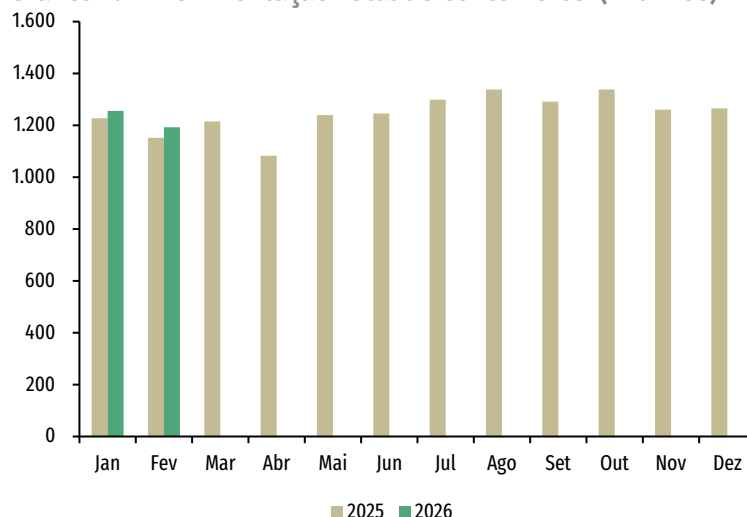
Em fevereiro de 2026, a navegação de longo curso representou 68% da movimentação total de cargas, seguida pela navegação de cabotagem (24%), de interior (7%) e de apoio marítimo e portuário (menos de 1%).

Na navegação de cabotagem, foram movimentadas 24 milhões de toneladas, valor 9% superior ao observado em fevereiro de 2025.

Os portos privados corresponderam por 75% das cargas movimentadas, totalizando 18 milhões de toneladas em fevereiro. Os portos públicos movimentaram 6 milhões de toneladas, 25% da movimentação total.

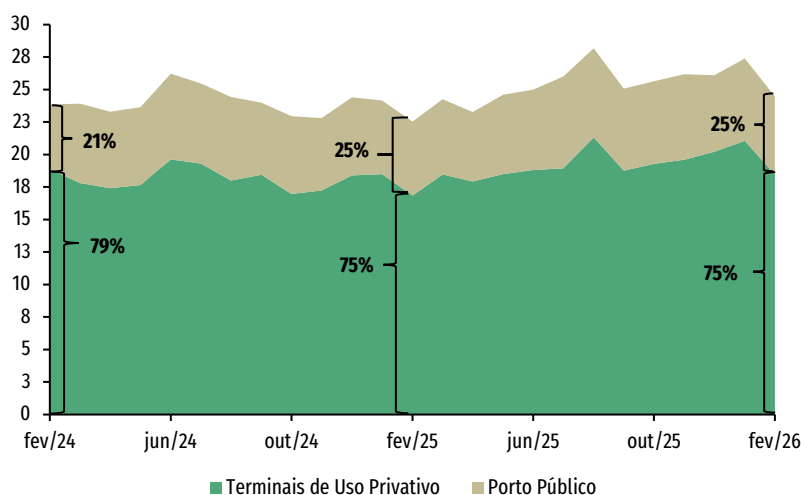
As principais cargas movimentadas, em toneladas, foram os graneis líquidos e gasosos (15,9 milhões ton), seguidos pelos graneis sólidos (4,0 milhões ton), pelas cargas containerizadas (3,8 milhões ton) e pela carga geral (0,8 milhões ton).

Gráfico 29 - Movimentação Total de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Gráfico 30 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Tabela 19 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem - por Natureza (mil toneladas)

	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Granel Sólido (a)	3.467	3.978	15%
Granel Líquido e Gasoso (b)	14.424	15.913	10%
Carga Geral (c)	889	811	-9%
Carga Containerizada (d)	3.736	3.763	1%
Total (a+b+c+d)	22.517	24.466	8,7%

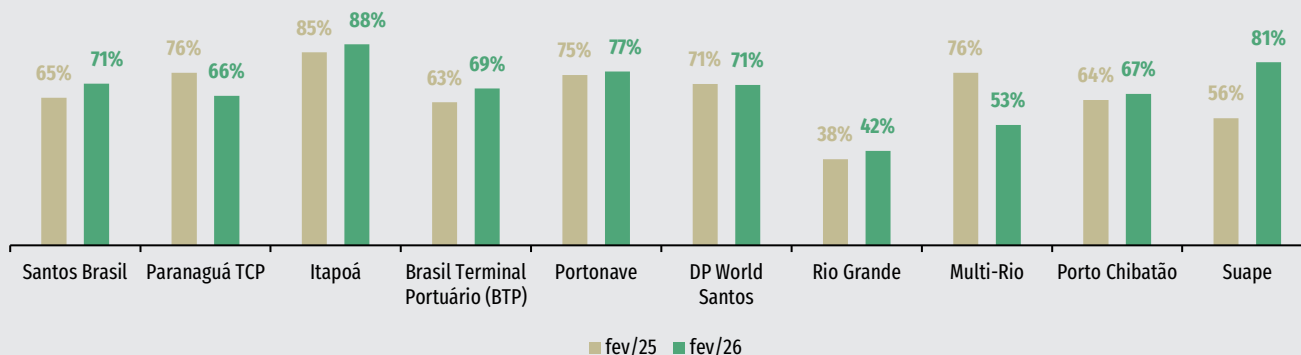
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

## 7.1.2. Capacidade utilizada nos terminais de contêineres

Em fevereiro de 2026, dentre os dez terminais mais movimentados, os

terminais de contêineres de Itapoá foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 88% da ocupação.

Gráfico 31 - Utilização dos principais terminais de contêineres do Brasil em Fevereiro (%)



Fonte: SOLVE Shipping.

## 7.1.3. Cancelamentos, omissões e atrasos nos terminais de contêineres

Das 1079 operações de contêiner previstas na navegação de longo curso de janeiro a fevereiro de 2026, foram contabilizados 259 casos de omissões ou cancelamentos (24% do total).

O terminal Santos Brasil foi o que apresentou o maior número de problemas (44), seguido por Paranaguá TCP (40) e Rio Grande (22).

Tabela 20 - Cancelamentos e omissões nas principais instalações que movimentam contêineres (fev/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Brasil Terminal Portuário (BTP)	18	116	16%
Multi-Rio	17	73	23%
Paranaguá TCP	40	174	23%
Rio Grande	22	82	27%
DP World Santos	18	116	16%
Itapoá	21	91	23%
Portonave	18	57	32%
Santos Brasil	44	127	35%
Pecém	9	32	28%
Suape	1	23	4%
Outros	51	188	27%
<b>Brasil</b>	<b>259</b>	<b>1.079</b>	<b>24%</b>

Fonte: SOLVE Shipping.

Em relação à pontualidade das movimentações nessas infraestruturas, de janeiro a fevereiro de 2026, foram 182 casos de atraso, o que representa

34% do total. Nesse período, a instalação que apresentou o maior número de operações não pontuais foi o Terminal de Santos BTP com 37 registros de atraso.

Tabela 21 - Atrasos nas principais instalações que movimentam contêineres (fev/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Paranaguá TCP	51	174	29%
Brasil Terminal Portuário (BTP)	59	116	51%
Santos Brasil	26	127	20%
Portonave	28	57	49%
DP World Santos	59	116	51%
Multi-Rio	29	73	40%
Itapoá	21	91	23%
Rio Grande	30	82	37%
Suape	6	23	26%
Pecém	2	32	6%
Outros	57	188	30%
<b>Brasil</b>	<b>368</b>	<b>1.079</b>	<b>34%</b>

Fonte: SOLVE Shipping.

Nota: O Porto de Chibatão (AM) não conta com essas estatísticas e foi substituído pelo Porto de Pecém (CE), que foi o 11º colocado em termos de movimentação de contêineres entre janeiro e abril de 2025 no país.

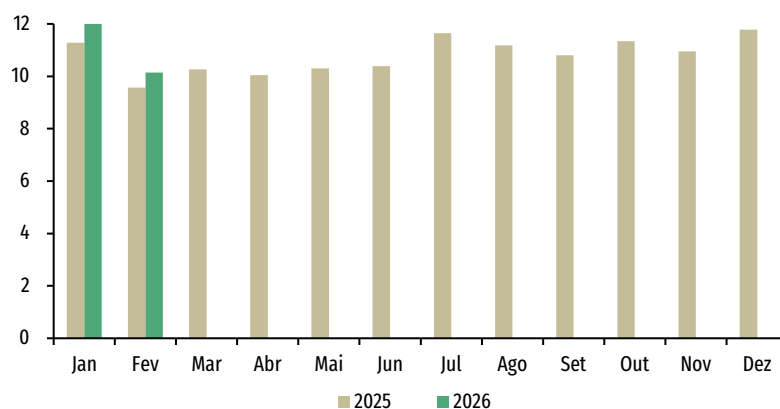
Em fevereiro 2026, 58% dos embarques previstos nos terminais de contêineres do país sofreram atrasos, omissões ou cancelamentos.

## 7.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em fevereiro de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 10,1 milhões de passageiros, valor 6% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 77% da movimentação total em fevereiro de 2026.

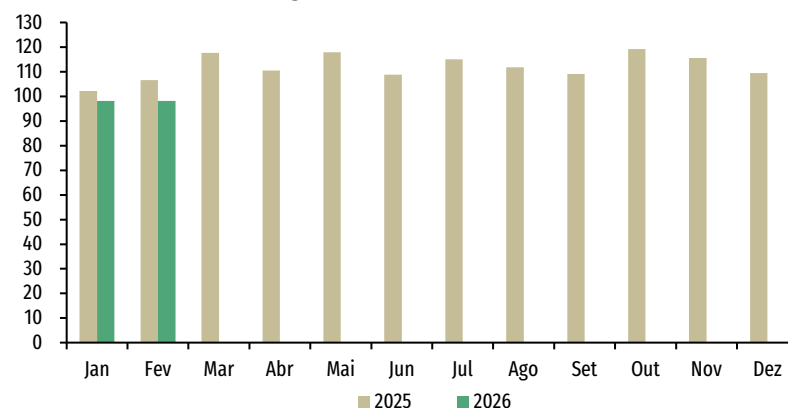
A movimentação de carga aérea total no país, em fevereiro de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 98 mil toneladas, montante 8% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 32% do total de cargas movimentadas no período.

Gráfico 32 - Movimentação Mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Gráfico 33 - Movimentação Mensal de Cargas (mil toneladas)

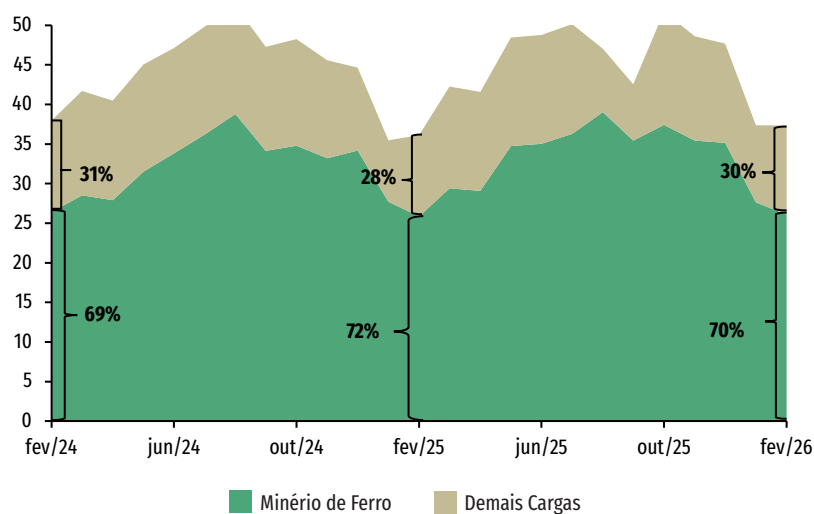


Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

### 7.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em fevereiro de 2026, foi de 37 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3,3% superior ao observado no mesmo mês de 2025. A movimentação de açúcar foi a que apresentou maior crescimento (32%). O minério de ferro correspondeu a 70% do total movimentado em fevereiro de 2026.

Gráfico 34 - Movimentação de Minério de Ferro e Demais Cargas (milhões TU)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Tabela 22 - Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias (mil TU)

Mercadorias	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Varição % fev/2026-fev/2025
Minério de Ferro	25.829	26.108	1%
Soja	3.767	4.269	13%
Celulose	975	1.063	9%
Produtos Siderúrgicos	834	809	-3%
Farelo de Soja	632	701	11%
Açúcar	528	698	32%
Cobre	457	601	31%
Carvão Mineral	469	453	-3%
Óleo Diesel	309	322	4%
Demais Produtos	2.324	2.308	-1%
Total	36.124	37.333	3,3%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

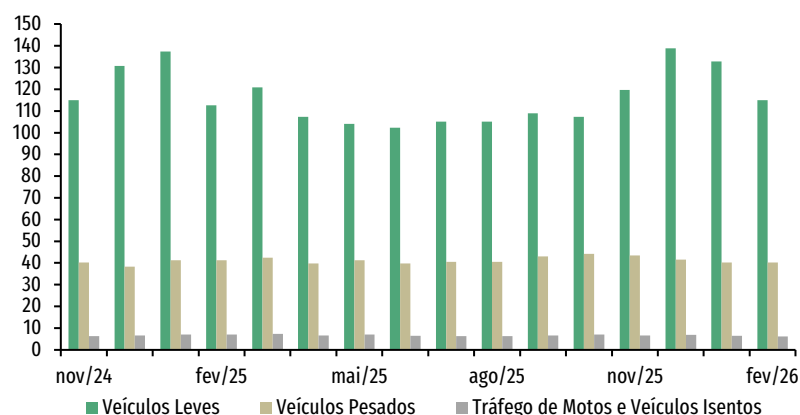
## 7.4. Tráfego Rodoviário Pedagiado (ABCR)

Em fevereiro de 2026, a movimentação em rodovias federais e estaduais pedagiadas foi de 161 milhões de veículos, valor 0% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os veículos leves representaram 71% da movimentação total, seguido pelos veículos pesados (25%) e motos (1%). O tráfego isento em rodovias pedagiadas somou 4 milhões de veículos, o que representa 2% do total.

O tráfego de veículos pesados em fevereiro de 2026 foi de 40,2 milhões de veículos, equivalente à 25% de todo o tráfego pedagiado. Esse valor foi 2% inferior ao observado no mesmo mês no ano anterior. O tráfego pedagiado de veículos leves foi de 115 milhões de veículos, valor 2% superior ao verificado em fevereiro de 2025.

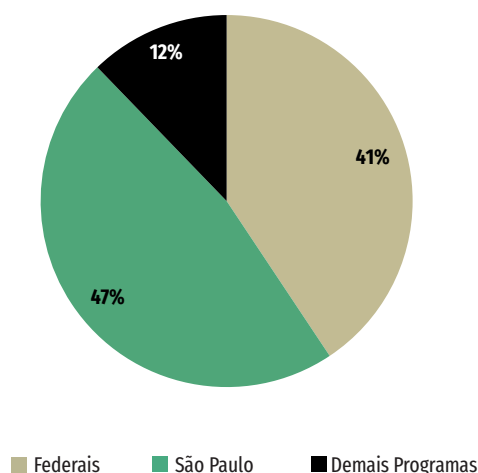
A avaliação por tipo de gestão das rodovias revela que o tráfego em rodovias federais pedagiadas foi de 66 milhões, valor 4% superior ao observado em fevereiro de 2025. Em relação às rodovias estaduais pedagiadas, o tráfego foi de 95,7 milhões, valor 2% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desse total, trafegaram nas rodovias do estado de São Paulo 76,0 milhões de veículos, e em outros estados, 19,7 milhões.

Gráfico 35 - Movimentação em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Gráfico 36 - Participação por Tipo de Gestão no Tráfego Rodoviário Pedagiado em Fevereiro de 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Tabela 23 - Tráfego de Veículos em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)

Classe	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Veículos leves	112,6	115,0	2,1%
Veículos pesados	41,3	40,2	-2,5%
Motos	2,6	2,3	-12,8%
Tráfego isento	4,4	3,8	-12,5%
Tráfego total	160,9	161,3	0,3%

Fonte: Elaboração Própria com dados da ABCR.

## 7.5. Acidentes em Rodovias Federais (PRF)

**Tabela 24 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais - por Trechos Rodoviários (acumulado até Fevereiro de cada ano)**

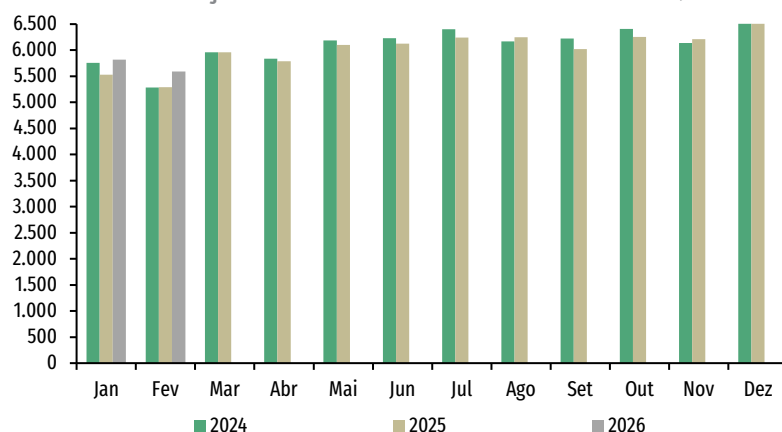
BR/UF	2025	2026	Varição (2026/2025)
SC-101	647	698	8%
SP-116	480	474	-1%
MG-381	411	493	20%
RJ-101	383	425	11%
PR-277	336	354	5%
ES-101	308	313	2%
MG-40	284	279	-2%
RJ-116	267	254	-5%
PR-376	245	287	17%
PB-230	220	190	-14%
MG-116	199	198	-1%
RS-116	193	171	-11%
SC-282	191	273	43%
RS-290	174	111	-36%
MT-163	160	143	-11%
PR-116	160	173	8%
PE-101	160	235	46,9%
SC-470	158	172	9%
MG-262	156	148	-5%
Demais Trechos	5.683	5.989	5%
<b>Total</b>	<b>10.815</b>	<b>11.380</b>	<b>5%</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Em fevereiro de 2026, foram registrados 5.588 acidentes nas rodovias federais brasileiras, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O total de acidentes é 6% superior ao mesmo mês de 2025 e 6% superior ao verificado em fevereiro de 2024.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes entre janeiro e fevereiro de 2026 foram os da BR 101/SC (698 acidentes), BR 116/SP (474 acidentes) e BR 381/MG (493 acidentes).

**Gráfico 37 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais (total mensal)**



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

## 7.6. Preço ao Consumidor da Gasolina Comum e Óleo Diesel (ANP)

O preço médio da gasolina comum, em fevereiro de 2026, foi de R\$ 6,30/L, valor 1% inferior ao observado em fevereiro de 2025 (R\$ 6,36/L).

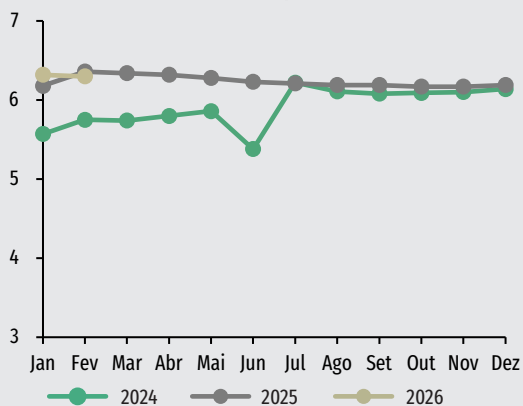
De acordo com os últimos dados divulgados pela ANP, relacionados à composição e estruturas de formação de preços, referentes a fevereiro de 2026, os tributos federais corresponderam a 11% do preço da gasolina comum, valor 0 pontos percentuais (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 25% do preço, um aumento de 2 p.p. em comparação ao mesmo período

do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 0 p.p. no período.

Já o preço médio do óleo diesel, em fevereiro de 2026, foi de R\$ 6,04/L, valor -5% inferior ao observado em fevereiro de 2025 (R\$ 6,38/L).

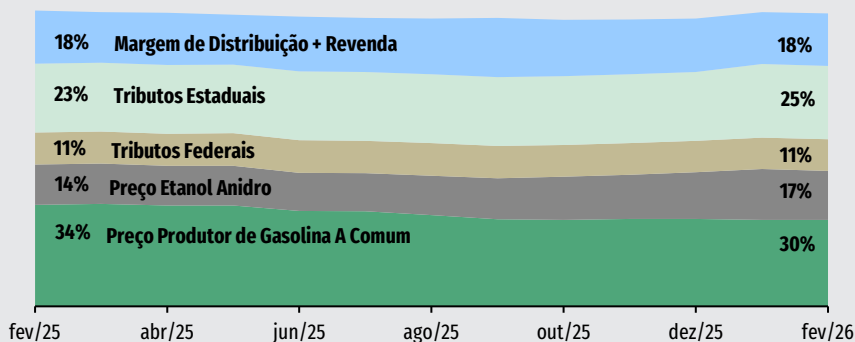
Segundo as informações mais recentes, disponibilizadas pela ANP, relacionadas à composição e estruturas de formação de preços, referentes a fevereiro de 2026, os tributos federais corresponderam a 5% do preço do óleo diesel, valor 0 pontos percentuais (p.p.) superior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 19% do preço, um aumento de 2 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 2 p.p. no período.

Gráfico 38 - Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum (R\$/L)



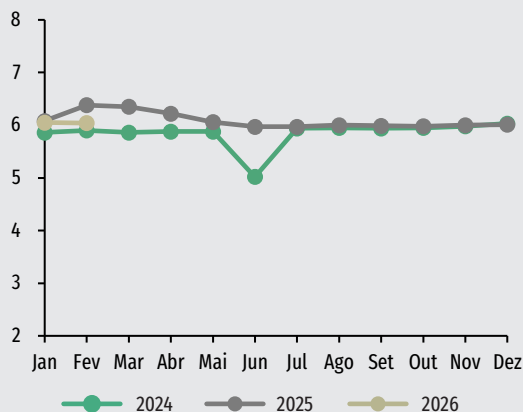
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 39 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum



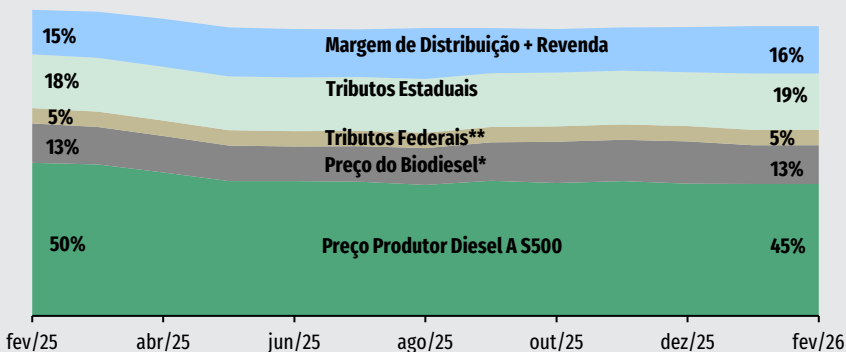
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 40 - Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 41 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: \*Preço do biodiesel com frete e tributos.

\*\*Conforme fim da medida provisória do Governo Federal, houve reoneração dos tributos federais a partir de 01/01/2024.



Mais informações sobre a infraestrutura e a indústria brasileira em: [www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/)

